
**ATA DE REUNIÃO Nº 07/2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO
INPREVID**

Aos 22 dias do mês de julho de 2026, às 08h30min, na sede do INPREVID, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos - o Presidente Vilso Vanz, a Tesoureira Juliane Maria Colle Wartha e o Membro Wolmar Erdmann para a reunião ordinária do mês. O Presidente Vilso deu boas-vindas e iniciou os trabalhos apresentando a **Análise dos Investimentos em junho/2026: Composição da Carteira de Investimentos**: Fundos em Renda Fixa: **24,22%**; Fundos em Renda Variável: **4,31%**; Fundos Multimercado: **0,00%**; Investimentos no Exterior: **0,00%**; Títulos Públicos (NTN-B): **71,47%**. Recursos Financeiros Aplicados: **R\$ 454.014.871,61**. Recursos em Conta Corrente: R\$ 150,52, saldo total entre recursos financeiros aplicados e recursos em conta: **R\$454.015.022,13**. **Rentabilidade média da carteira acumulada no mês: 0,83%**. **Rendimento**: R\$3.782.395,25. **Destaques**: 1) Rentabilidade positiva dos Títulos Públicos (NTN-B): média de 1,01%, com valor acumulado em **R\$ 324.494.980,60**; 2) Variação negativa do investimento: Caixa Ações Livre, com retração de R\$ 617.014,26 em saldo e rentabilidade percentual negativa em -3,05% e BB Fundo Vértice 2030, com retração de R\$32.969,22 em saldo e rentabilidade percentual negativa de -0,59%. **Aplicações**: R\$ 6.976.294,23 de saldo movimentado. **Resgates**: R\$ 7.028.128,51 de saldo movimentado; Saldo entre aplicações e resgates foi negativo: R\$ 51.834,28. **Distribuição dos recursos do INPREVID**: BB Gestão DTVM: 14,06%; Caixa DTVM: 14,46%; e Títulos Públicos: 71,47%. Ainda sobre os assuntos de investimentos, o presidente apresentou aos membros, conforme estabelecido na Política de Investimentos, uma análise realizada pela empresa de consultoria SMI, assunto relativo a análise semestral comparativa dos fundos investidos em relação aos seus respectivos benchmarks, e produtos de características semelhantes, para fins de verificação dos desempenhos e da necessidade de eventuais desinvestimentos em relação a carteira do INPREVID, a SMI Consultoria tomou como base o Radar de Fundos do instituto, e elaborou o material que está em anexo. Nele, os fundos são segregados de acordo com as características gerais da carteira, de modo a permitir uma comparação entre seus pares, estando em destaque os fundos investidos pelo RPPS. Ainda sobre a empresa de consultoria, na data de 09/07, reuniu-se este comitê e representantes da empresa SMI para tratar dos assuntos relativos aos investimentos do instituto. Na sequência dos assuntos o Presidente informou que, em 10 de julho de 2026, solicitou ao setor administrativo do INPREVID que providenciasse, junto à Instituição Financeira XP Investimentos, a documentação necessária à renovação do credenciamento da instituição, considerando que o credenciamento vigente possui validade até 23 de outubro de 2026. Informou, ainda, que a documentação foi disponibilizada pela instituição financeira e encaminhada, por meio eletrônico, aos membros deste Comitê de Investimentos para análise e posterior deliberação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, assim como esta ata, que segue assinada pelos presentes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID e
Presidente do Comitê de Investimentos

JULIANE MARIA COLLE WARTHA
Tesoureira do INPREVID e
Membro do Comitê de Investimentos

WOLMAR ERDMANN
Membro do Comitê de Investimentos

COMENTÁRIOS À CONJUNTURA ECONÔMICA

O mês de junho foi marcado por um ambiente de elevada volatilidade nos mercados internacionais, impulsionado principalmente pela intensificação das tensões geopolíticas no Oriente Médio e pela consolidação da percepção de que os principais bancos centrais deverão manter uma postura cautelosa diante da persistência das pressões inflacionárias. A combinação entre riscos geopolíticos, atividade econômica resiliente e inflação acima das metas reforçou a expectativa de manutenção de condições financeiras restritivas por um período mais prolongado, influenciando o comportamento dos mercados globais ao longo de todo o mês. O principal fator de risco foi a escalada do conflito envolvendo Israel, Irã e Estados Unidos. O aumento das hostilidades elevou significativamente a preocupação dos investidores quanto aos possíveis impactos sobre a oferta mundial de petróleo, uma vez que a região concentra parcela relevante da produção global da commodity. A alta dos preços da energia passou a representar um importante vetor de pressão inflacionária, especialmente para as economias desenvolvidas, contribuindo para a deterioração das expectativas quanto ao início de novos ciclos de flexibilização monetária. Ao longo do mês, avanços nas negociações diplomáticas reduziram parcialmente a percepção de risco, culminando na construção de um acordo de paz entre Estados Unidos e Irã, mediado pelo Paquistão. Apesar da melhora do ambiente geopolítico, os mercados permaneceram cautelosos, dado que a efetiva implementação do acordo ainda depende de sua formalização pelas partes envolvidas e de sua estabilidade ao longo dos próximos meses. Nesse contexto, os ativos financeiros oscilaram de acordo com a evolução das notícias relacionadas ao conflito. Nos momentos de maior aversão ao risco observou-se fortalecimento do dólar, elevação dos rendimentos dos Treasuries americanos e redução do apetite por ativos de maior risco, sobretudo nos mercados emergentes. À medida que as negociações avançaram e a probabilidade de uma interrupção das hostilidades aumentou, parte desses movimentos foi revertida, permitindo recuperação parcial dos mercados acionários internacionais. Ainda assim, a volatilidade permaneceu elevada durante todo o mês, refletindo a sensibilidade dos investidores aos desdobramentos geopolíticos e seus potenciais efeitos sobre a inflação global. Paralelamente às questões geopolíticas, a condução da política monetária norte-americana permaneceu como um dos principais determinantes do comportamento dos mercados. Dados divulgados ao longo de junho reforçaram a percepção de que a economia dos Estados Unidos continua apresentando elevado grau de resiliência. O mercado de trabalho permaneceu aquecido, com criação de vagas acima das expectativas, enquanto indicadores de consumo e atividade econômica continuaram sinalizando expansão da demanda doméstica. Ao mesmo tempo, os índices de inflação seguiram acima da meta do Federal Reserve, impulsionados principalmente pela elevação dos preços de energia decorrente do conflito no Oriente Médio. Diante desse cenário, o Federal Reserve optou por manter a Federal Funds Rate no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano, conforme amplamente esperado pelo mercado. Entretanto, o principal destaque da reunião foi o tom mais cauteloso adotado pela autoridade monetária. As novas projeções indicaram inflação persistentemente elevada ao longo de 2026 e parte dos dirigentes passou a admitir a possibilidade de novas elevações da taxa básica de juros caso as pressões inflacionárias não apresentem desaceleração consistente. A primeira reunião sob a presidência de Kevin Warsh reforçou o compromisso da instituição com a convergência da inflação para a meta, indicando que futuras decisões permanecerão fortemente dependentes da evolução dos indicadores econômicos. A manutenção de uma postura mais restritiva por parte do Federal Reserve repercutiu diretamente sobre os mercados

globais. Os rendimentos dos títulos do Tesouro americano permaneceram em níveis elevados, sustentando a valorização do dólar frente às principais moedas internacionais e reduzindo o fluxo de capitais para economias emergentes. Como consequência, observou-se maior seletividade dos investidores em relação aos ativos de risco, especialmente aqueles mais sensíveis às condições financeiras internacionais. Outro destaque do cenário internacional foi a continuidade do processo de normalização da política monetária japonesa. O Banco do Japão elevou sua taxa básica de juros para 1,0% ao ano, o maior nível desde meados da década de 1990, refletindo a consolidação das pressões inflacionárias após décadas de inflação reduzida e juros próximos de zero. Embora amplamente antecipada pelo mercado, a decisão reforça a mudança estrutural da política monetária japonesa e tende a contribuir para uma gradual redução da liquidez global ao longo dos próximos anos. No cenário doméstico, junho foi marcado pela continuidade do ciclo de flexibilização monetária conduzido pelo Banco Central do Brasil. O Comitê de Política Monetária reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, para 14,25% ao ano, decisão amplamente esperada pelos agentes econômicos. Apesar do corte, o comunicado manteve uma postura prudente, ressaltando que os próximos movimentos dependerão da evolução das expectativas de inflação, do comportamento da atividade econômica e do ambiente internacional. Dessa forma, o Banco Central sinalizou que pretende conduzir um ciclo gradual de redução dos juros, preservando flexibilidade para interromper ou alterar o ritmo dos cortes caso os riscos inflacionários voltem a se intensificar. Os indicadores econômicos divulgados durante o mês reforçaram a percepção de que a economia brasileira permanece resiliente, embora em processo gradual de desaceleração. A produção industrial voltou a crescer em abril, o setor de serviços recuperou parte das perdas observadas no mês anterior e o IBC-Br registrou expansão, indicando continuidade do crescimento econômico mesmo em um ambiente de política monetária restritiva. Esses resultados sugerem que o mercado de trabalho aquecido, o crescimento da renda das famílias e a expansão do crédito continuam sustentando o nível de atividade, ainda que em ritmo inferior ao observado no início do ano. Em relação à inflação, o IPCA de maio, divulgado em junho, apresentou desaceleração na comparação mensal, mas permaneceu acima do intervalo compatível com a meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. A composição do índice evidenciou continuidade das pressões em alimentação e habitação, enquanto a inflação de serviços permanece relativamente resistente, justificando a cautela do Banco Central na condução da política monetária. As expectativas captadas pelo Boletim Focus também permaneceram elevadas durante todo o mês, indicando revisões sucessivas para cima das projeções de inflação e da taxa Selic esperada para o encerramento de 2026. Além dos indicadores domésticos, o Brasil também enfrentou desafios no comércio exterior. A decisão da União Europeia de manter restrições às importações de determinados produtos de origem animal brasileiros trouxe preocupação para alguns segmentos do agronegócio, embora os impactos macroeconômicos esperados permaneçam limitados no curto prazo. O principal determinante para os ativos domésticos continuou sendo o ambiente financeiro internacional, especialmente a trajetória dos juros americanos e o comportamento do dólar. Nos mercados financeiros, junho foi caracterizado por elevada volatilidade. As bolsas internacionais oscilaram ao longo do mês acompanhando os desdobramentos geopolíticos e as revisões das expectativas para a política monetária americana. No Brasil, o Ibovespa encerrou o período praticamente estável após alternar semanas de forte valorização e de realização de lucros, enquanto o dólar apresentou apreciação frente ao real em resposta ao fortalecimento global da moeda americana. Na renda



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Videira

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira –
INPREVID

fixa, observou-se manutenção das taxas reais em níveis elevados, refletindo tanto o ambiente internacional mais restritivo quanto as expectativas ainda desancoradas para a inflação doméstica. Para os próximos meses, o cenário permanece condicionado à evolução das tensões geopolíticas, ao comportamento da inflação internacional e às decisões dos principais bancos centrais. Nos Estados Unidos, a trajetória da política monetária continuará dependente da dinâmica da inflação e do mercado de trabalho, enquanto no Brasil a continuidade do ciclo de redução da Selic dependerá da confirmação de um processo consistente de desinflação e da preservação da estabilidade das expectativas. Em conjunto, esses fatores deverão continuar determinando o comportamento dos ativos financeiros e o grau de aversão ao risco observado pelos investidores ao longo do segundo semestre de 2026.